



Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

A política na semana

> Sob a batuta de Rodrigo Maia e estimulada pela liberação de emendas, reforma da Previdência avança na Câmara, apesar de insatisfações de Paulo Guedes sobre o texto

Apesar da insatisfação demonstrada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, os principais atores da tramitação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados se mostram mais dispostos às negociações para que se concretize a vontade de **aprovar a proposta ainda no primeiro semestre. Uma tarefa difícil se considerado o tempo justo – estamos a um mês do recesso legislativo – e necessidade de que todo o caminho até a votação em plenário ocorra sem nenhum tropeço.**

Na prática, há uma certeza de que a reforma da Previdência será aprovada. As dúvidas que remanesciam eram sobre o tamanho da economia a ser gerada e sobre o momento. A primeira indefinição começou a ser respondida nesta semana com a apresentação do relatório do deputado federal Samuel Moreira (PSDB-SP) na Comissão Especial. Segundo a equipe do relator, a economia total prevista é de R\$ 913,4 bilhões, abaixo, portanto, dos R\$ 1,2 trilhão previstos pelo governo. Para atingir essa economia em 10 anos, Moreira incluiu na reforma o aumento na alíquota da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) dos ban-

cos dos atuais 15% para 20%. A medida serviu para recuperar parte da economia que será perdida na reforma com a flexibilização de pontos da proposta e para reforçar o discurso do Congresso de que está modificando o texto para proteger os mais pobres – com a retirada das mudanças para trabalhadores rurais e idosos de baixa renda – e repassar a conta para setores mais favorecidos.

O ponto mais polêmico do relatório foi a retirada dos estados e municípios da proposta. Da forma como está o relatório hoje as novas regras não valerão automaticamente para servidores municipais e estaduais. Será preciso que as assembleias locais aprovem regras semelhantes. Não houve acordo entre os deputados para manutenção desse trecho da proposta inicial do governo. Prevaleceu a visão de que os governadores precisam demonstrar mais comprometimento e cobrar que os deputados de seus estados apoiem a reforma. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou que ainda há espaço para tentativas de incluir esse ponto, o que levaria a economia prevista com a reforma para mais perto do valor pretendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.



Relatório elaborado pela equipe XP Política

A leitura do relatório da PEC da Previdência sem grandes dificuldades na Câmara e o clima de aprovação entre os deputados, no entanto, não pode ser lido como sinal da formação de uma base de apoio ao governo. **O atual cenário se funda mais em um trabalho pontual de articulação política, apoiado na distribuição de recursos de emendas extra orçamentárias aos deputados, do que em uma melhora sistêmica do diálogo e da relação entre Legislativo e Executivo.** Ainda há insatisfações, claro, e os problemas não estão todos contornados, mas os relatos apontam no sentido de que o Planalto tem agido de maneira mais pragmática em sua relação com o Legislativo. Outro ingrediente significativo é a vontade dos parlamentares de sustentar o discurso de responsabilidade da Câmara com as necessidades do Brasil, ao mudar e aprovar uma reforma que estanca a crise econômica e garante a proteção dos mais pobres.

A partir de agora, uma expectativa mais factível é a aprovação na Comissão Especial na primeira semana de julho, quanto restariam menos de 15 dias para articular o apoio de 308 votos no plenário. Considerando o clima no Congresso em torno do tema, é possível votar no primeiro semestre. No entanto, o calendário é apertado e qualquer ruído por levar a votação para agosto. Rodrigo Maia tem se colocado como bombeiro numa cruzada para blindar a reforma da Previdência. Rebateu duramente as reclamações do ministro da Economia sobre o relatório. Motivado pela retirada da capitalização da proposta, Guedes disparou contra o Congresso afirmando que, se aprovado o relatório de Moreira, os deputados “abortaram a nova Previdência e mostraram que não há compromisso com as futuras gerações”. Na sequência, Maia reforçou o discurso de que o Congresso vai aprovar a reforma, apesar do governo que ele classificou como uma “usina de crises”.

‘Vaza Jato’

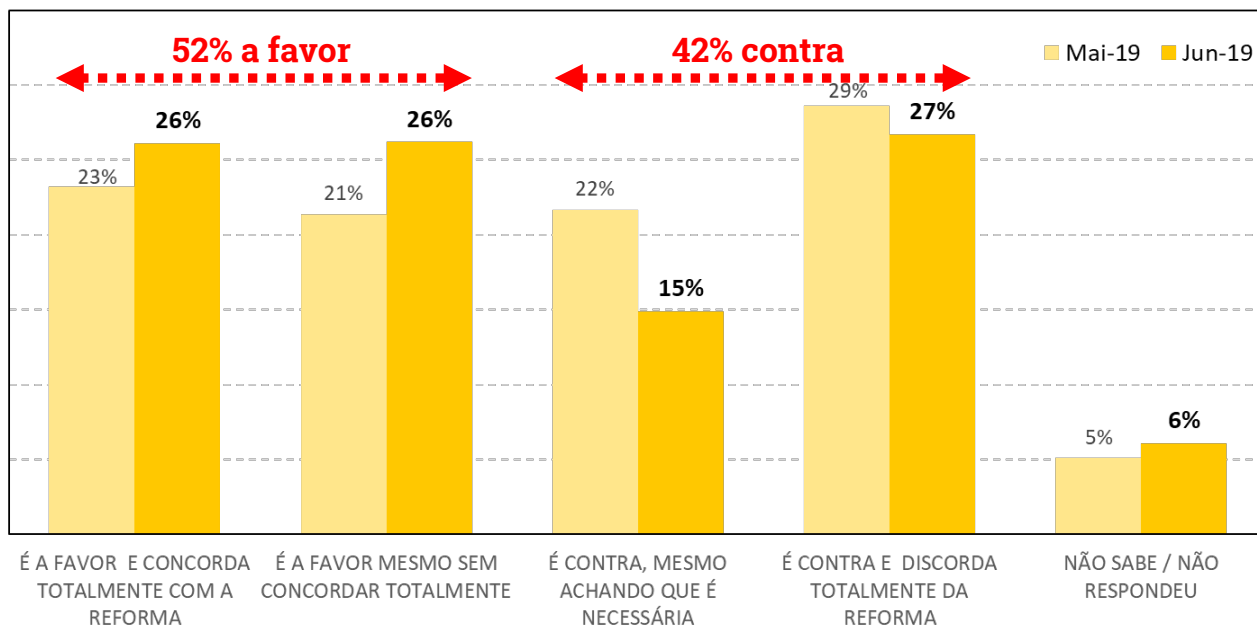
O vazamento de conversas entre procuradores da força tarefa da Lava Jato e o ministro da Justiça, Sérgio Moro, está sendo monitorado em Brasília como um

potencial fator de perturbação do cenário político. Desde o início de maio foram registradas invasões e tentativas de hackear celulares de procuradores da República e magistrados. Parte do conteúdo desse material vem sendo tornado público pelo site The Intercept e mostra a relação próxima entre procuradores, principalmente o coordenador da Força Tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, e o então juiz Moro, e deu força à suspeição de que os casos da operação não teriam sido julgados com imparcialidade.

Brasília está em suspenso aguardando divulgações de novos trechos de conversas. O efeito prático que já se pode observar é a movimentação de forças que antagonizaram até agora com a Lava Jato e com Sérgio Moro e, em outra ponta, a defesa do legado da operação. A avaliação em Brasília é que está em curso – provavelmente ainda em estágio inicial – um processo de redução da popularidade e da relevância anterior de Moro e da Lava Jato, com possibilidades reais de consequências para os processos em que esses dois atores participaram. **O ministro mais bem avaliado do governo Jair Bolsonaro está nas cordas, refém dos vazamentos imprevisíveis de conversas antigas, mas recebeu gestos incontestes de apoio do presidente da República e se ampara no suporte da aprovação popular.**

O episódio também serviu para reacender nas Cortes superiores o debate sobre a liberdade do ex-presidente Lula. O pedido da defesa do petista para que seja decretada a suspeição do então juiz Moro no caso do triplex do Guarujá tem julgamento previsto na Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal para o dia 25 de junho. O colegiado parece dividido. O fiel da balança deverá ser o ministro decano Celso de Mello. Voltaram à tona também as cobranças pelo julgamento da prisão em segunda instância, que pode beneficiar diversos políticos presos no âmbito da Lava Jato. O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, demonstra pouca disposição para pautar o tema no plenário da Corte em meio às turbulências recentes.

Opinião em relação à reforma da previdência



Pesquisa XP - Maioria aprova Previdência de Bolsonaro

A rodada de junho da pesquisa XP Ipespe mostra que a maioria da população passou a se dizer favorável à reforma da Previdência apresentada pelo governo federal. Hoje, **52% dos entrevistados concordam totalmente ou parcialmente com ela, enquanto 42% afirmam ser contrários ao que foi apresentado.** No mês passado, os favoráveis eram 44% e os contrários, 51%. A percepção de que as mudanças nas regras de aposentadorias são necessárias também registrou variação positiva. Em junho, foram 65% os que disseram ver necessidade da reforma, contra 62% em maio. Os que não veem razão para as mudanças oscilaram de 32% para 30%. Em relação a Estados e municípios – ponto retirado do relatório apresentado à comissão especial na Câmara –, 80% consideram que a reforma final deveria incluí-los. Foram realizadas 1.000 entrevistas, nos dias 11, 12 e 13 de junho.

A pesquisa registrou ainda estabilidade em relação à aprovação do governo, depois de quatro levantamentos seguidos em que houve aumento na avaliação negativa de Jair Bolsonaro. Em junho, 35% disseram ver o governo

como ruim ou péssimo (eram 36% na segunda quinzena de maio), enquanto 34% declararam fazer uma avaliação boa ou ótima do governo (mesmo patamar do levantamento anterior).

Os entrevistados foram questionados também sobre a troca de mensagens atribuídas ao ministro Sergio Moro e a integrantes da Lava Jato. A maioria da população (77%) diz ter tomado conhecimento do episódio. **Para cerca de metade dos entrevistados (47%), o evento não altera a percepção sobre a operação. Para 11% ele pode alterá-la para melhor,** e para 31%, para pior. Para 44%, a Lava Jato não cometeu excessos em sua atuação até aqui. Outros 14% viram excessos, mas acham que o resultado “valeu a pena”, e 30% avaliam que houve excessos e que, por isso, decisões precisariam ser revistas.

A revelação das mensagens trocadas, no entanto, não acarretou variação significativa na avaliação da população sobre o ministro Sergio Moro. O ex-juiz, que segue como a personalidade mais bem avaliada entre as 12 testadas, recebeu nota média de 6,2, em uma escala de 0 a 10 – em maio, a média era de 6,5. Jair Bolsonaro manteve sua nota média de 5,7.



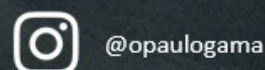
- 1) Este relatório foi preparado pela XP Investimentos CCTVM S.A. ("XP Investimentos") e não deve ser considerado um relatório de análise para os fins do artigo 1º da Instrução CVM nº 483, de 6 de julho de 2010.
- 2) Este relatório tem como objetivo único fornecer informações macroeconômicas e análises políticas, e não constitui e nem deve ser interpretado como sendo uma oferta de compra/venda ou como uma solicitação de uma oferta de compra/venda de qualquer instrumento financeiro, ou de participação em uma determinada estratégia de negócios em qualquer jurisdição. As informações contidas neste relatório foram consideradas razoáveis na data em que ele foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. A XP Investimentos não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. As opiniões, estimativas e projeções expressas neste relatório refletem a opinião atual do responsável pelo conteúdo deste relatório na data de sua divulgação e estão, portanto, sujeitas a alterações sem aviso prévio. A XP Investimentos não tem obrigação de atualizar, modificar ou alterar este relatório e de informar o leitor.
- 3) O responsável pela elaboração deste relatório certifica que as opiniões expressas nele refletem, de forma precisa, única e exclusiva, suas visões e opiniões pessoais, e foram produzidas de forma independente e autônoma, inclusive em relação a XP Investimentos.
- 4) Este relatório é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamento da XP Investimentos, incluindo agentes autônomos da XP e clientes da XP, podendo também ser divulgado no site da XP. Fica proibida a sua reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da XP Investimentos.
- 5) A XP Investimentos não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste material ou seu conteúdo.
- 6) A Ouvidoria da XP Investimentos tem a missão de servir de canal de contato sempre que os clientes que não se sentirem satisfeitos com as soluções dadas pela empresa aos seus problemas. O contato pode ser realizado por meio do telefone: 0800 722 3710.
- 7) Para maiores informações sobre produtos, tabelas de custos operacionais e política de cobrança, favor acessar o nosso site: www.xpi.com.br.

XP POLÍTICA

Daniel Cunha
Diretor de Análise e Estratégia

Paulo Gama
Analista Política

Debora Santos
Analista Política



Richard Back
Analista Político Chefe

Victor Scalet
Analista Político

Erich Decat
Analista Político

